



07 OUT 2008

Chefe Depto. Expediente

OFÍCIO nº 550 /DA/2008

Novo Hamburgo, 07 de outubro de 2008.

Ilmo.Sr . Presidente da Câmara de Vereadores de Novo Hamburgo

Requerimento nº 386/14L/2008

Comissão de Dir. Humanos, Cidadania e Defesa do Consumidor

(Sen. Nelson, Raulo, Sól)

IPASEM - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOVO HAMBURGO, por seus Diretores de Administração, Assistência e Previdência, vem respeitosamente ante Vossa Senhoria, **Requerer** a juntada de **Resolução de nº 08/2007 e Ata nº 245/2002, que seguem em anexo, ao presente requerimento, por serem parte integrante do andamento e das decisões tomadas dentro deste Instituto em conjunto com a Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo e**, na qual se compõe unicamente de funcionários de quadro, com interesses comuns que garantem a todos, lisura e mediação ao que há de mais coerente a todos, sem com isso beneficiar alguns em detrimento de outros.

Informamos ainda, que o procedimento denunciado de forma pejorativa pela Segurada, é pacífico, para todos os Segurados que tem duas matrículas, o de Segurado e de Pensionista e, na qual até a presente data não houve nenhuma reclamação, pois todos os segurados tem conhecimento das decisões e, averiguações por parte deste Instituto, onde a contribuição Assistencial é **solidária por parte dos funcionários** e também de conhecimento público, nos termos do art 217, caput e § 1º, da Lei nº 333/2000 (Lei que institui o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores), que prevê:

“Art. 217. A seguridade social do Servidor Público será submetida exclusivamente ao sistema previdenciário do Município, mediante filiação obrigatória e nos termos e nas condições preceituadas pela Lei Municipal nº 154/92, de 24 de dezembro de 1992, na forma dos planos e prestações previdenciárias oferecidas.

§ 1º Por força do estabelecido neste artigo, o Município possuirá regime próprio de previdência e assistência destinado a garantir, aos seus Servidores Públicos, os benefícios básicos instituídos pela referida Lei Municipal nº 154/92, de 24 de dezembro de 1992.



No que se refere aos setenta estagiários e outros cargos de confiança, na qual faz menção em sua denúncia, esta deve estar completamente equivocada, pois a Lei deste Instituto, determina o número de cargos possíveis e de mais, 70 estagiários seria inviável o deslocamento de todos.

Diante deste, vimos **Requerer** ao Ilustre Presidente desta Casa e a Comissão específica que:

Encaminhe toda documentação pertinente para o Executivo Municipal, para abertura de Processo Administrativo contra a funcionária (**Marilza Kreche Bitencourt**), para que esta, faça o ônus da prova de tais relatos.

Atenciosamente,

Valnei Rodrigues
Diretor de Administração

Eusébio Finkler
Diretor de Assistência

Ilmo. Senhor
Antonio Lucas
Md. Presidente da Câmara de Vereadores
Nesta